



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007214-88.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **NATHALIA CARAÇA**
 Requerido: **JULIANA ALVES SALES**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

NATHALIA CARAÇA move ação em face de **JULIANA ALVES SALES**, dizendo que pilotava sua motocicleta HONDA, placa BZZ 6399, no dia 11/05/2014, 16h, pela Rodovia Estadual 342, quando ingressou na alça de acesso à SP-344 verificou que à sua frente circulava o veículo FIAT PALIO placas DNQ 9747 e este parou imotivadamente e iniciou conversão proibida à esquerda e ao fazê-lo atingiu a motocicleta conduzida pela autora, danificando diversas partes deste veículo. Imprudente a conduta da ré, a qual terá que reembolsar as despesas efetuadas pela autora para reparar os danos materiais no valor de R\$ 1.152,23, com correção monetária e juros legais desde a data do acidente. Pede a procedência da ação para condenar a ré ao pagamento do referido valor e acréscimos moratórios, honorários advocatícios e custas. Documentos às fls. 9/13.

A ré foi citada (fl. 43) e não contestou.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, consoante o inc. II, do art. 330, do CPC. A ré foi citada a fl. 43 e não contestou, recolhendo os efeitos da revelia: presumem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial e que se apoiam em sólida prova documental.

O boletim de ocorrência de fls. 09/11 descreve a dinâmica do acidente, tal qual a versão apresentada na inicial. Embora confeccionado pela Polícia Rodoviária segundo os informativos da autora, merece integral acolhida considerando-se que a ré não ofereceu mínima resistência aos fundamentos fáticos, de direito e ao pedido contido na inicial. Por acréscimo, observo que o valor dos danos reclamados pela autora não atinge dois salários mínimos federal.

Muito embora a autora não tenha tido o cuidado de exhibir orçamentos do custo das peças



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

de reposição e aplicação de mão-de-obra na motocicleta, verifico que o boletim de ocorrência no item "2" de fl. 10 especificou os danos materiais causados pelo acidente à motocicleta da autora. O valor pretendido na inicial guarda compatibilidade com os danos materiais pormenorizados naquela peça, razão pela qual se mostra razoável acolher a pretensão deduzida pela autora. Em outras circunstâncias, o pedido correria o risco de ser rechaçado por falta de cuidado da postulante que se omitiu na exibição de documentos que, a priori, seriam indispensáveis para o desate do litígio. Este juízo levou em conta para decidir este litígio deste modo diferenciado o fato de se tratar de demanda de reduzida litigiosidade e de valor insignificante.

JULGO PROCEDENTE a ação para condenar a ré a pagar à autora, pelos danos materiais causados ao veículo desta, o valor de R\$ 1.152,33, com correção monetária desde a data do ajuizamento da ação, juros de mora de 1% ao mês contados da citação, 10% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação e custas processuais.

Depois do trânsito em julgado, a autora terá 10 dias de prazo para formular requerimento da fase de cumprimento, nos termos do art. 475-B e J, do CPC. Findo esse prazo e desde que apresentado o requerimento, o cartório aguardará a fluência do prazo de 15 dias para a executada pagar espontaneamente a dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, e na sequência dará vista à exequente para indicar bens da executada aptos à penhora.

P. R. I.

São Carlos, 23 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**